

# Suppin desapropria mais de 500 famílias na Serra

Mais de 500 famílias dos bairros Taquara I e II, além de Pitanga, na Serra, foram desapropriadas pela Superintendência dos Projetos de Polarização Industrial (Suppin) num processo concluído na Vara dos Feitos da Fazenda, no último dia seis. A solução para o caso é o cancelamento do processo, que depende de determinação do próprio Governo do Estado. A Suppin, segundo os moradores, não tem mais interesse na área.

Uma comissão de moradores formada em Assembléia da Associação dos Moradores de Taquara II, denunciou ontem à imprensa a iminência de serem despejados, a não ser que uma decisão por parte do próprio governador do Estado seja adotada. Os membros da comissão que representa os moradores ameaçados de despejo são: Jader Nogueira Ferreira, carpinteiro, presidente da Associação dos Moradores de Taquara II, José Eller Marques, carpinteiro, Analice Javarini Fernandes, dona-de-casa e Marinete Guimarães Cosme.

## ASSEMBLÉIAS

A primeira assembléia dos moradores de Taquara I e II foi realizada no sábado passado, reunindo 370 pessoas. "Houve a constatação de que estamos desapropriados pela Suppin. Daí foi tirada uma comissão de cinco membros para representar os moradores nesta questão, que é muito grave para todos os moradores ameaçados de serem despejados", afirmaram os membros da comissão.

Mostrando farta documentação e enfatizando as suas condições de desapropriados, os moradores de Taquara I e II e os de Pitanga que ainda não participaram das assembléias, admitem que o terreno é legítimo da Suppin, conforme foi citado na ação proposta pelo órgão.

"O terreno pertencia a várias pessoas, entre as quais Manoel Lopes Freire. Ele foi autorizado pelo ex-prefeito da Serra, Aldary Nunes, que hoje é deputado estadual, a vender o terreno, isto por volta de 1975, e então, o prefeito se comprometeu a resolver tudo que fosse consequência deste ato que ele autorizava", denuncia a comissão.

O presidente da Associação dos Moradores de Taquara II afirmou que "a maioria dos nossos companheiros compraram os lotes entre 1975 e 1978. O primeiro contato da Suppin com a gente foi em 1977. Logo depois candidato a prefeito, José Maria Feu Rosa disse em praça pública, que havia entrado em contato com o Secretário da Indústria e Comércio e que a área havia passado a ter destinação habitacional. A gente vê bem agora que tudo não passou de campanha política com o nosso problema".

## JUSTIÇA

De acordo com os membros da Comissão de Moradores de Taquara II, eles ficaram tranquilos até o dia seis passado "quando o oficial de Justiça da Vara dos Feitos da Fazenda levou um mandato citando os antigos donos da área que são: Judith Alves de Lima, Manoel Lopes Freire, Lins Gama Sampaio, Izaias Veríssimo da Rocha e Paulino Soares".

— Os antigos proprietários foram citados a comparecerem ao juiz, mas como os moradores atuais é que são os proprietários, nós estamos unidos para responder pelos que foram citados". Na citação, incluíram pessoas residentes em Pitanga, estendendo a ação da Suppin.

Os membros da comissão de moradores fizeram um levantamento na área afetada pela desapropriação: em Taquara I residem 191 famílias com 1.075 moradores e em Taquara II residem 308 famílias com 1.770 moradores. Não foram levantados ainda o número de habitantes de Pitanga.

## Cohab constata ocupação irregular

A Companhia Habitacional do Espírito Santo (Cohab) constatou a ocupação irregular de várias residências do Conjunto Eurico Salles, na Serra. As casas não haviam sido entregues às pessoas cadastradas e motivaram a ação de pessoas, que mesmo não portando autorização, as ocuparam.

Ontem um funcionário da Cohab percorreu o bairro entregando intimação para as famílias residentes da área sem ter autorização oficial. Além deste tipo de irregularidade, alguns moradores estão transferindo o direito adquirido de habitar o conjunto, medida que não é aceita pela Cohab.

ga. "pois eles ainda não se uniram a nós no movimento para garantir nossos direitos".

Nos estudos realizados pelos próprios moradores de Taquara II, ficou demonstrado que 51 famílias têm menos de um ano no bairro, 236 têm entre um e cinco anos no lugar e 21 delas têm mais de cinco anos. Nos dados levantados não tem sequer um profissional de grau médio, sendo a maioria braçais, incluindo pedreiros, carpinteiros e pintores.

De acordo com os membros da Comissão de Moradores do Bairro, assim que eles foram cientificados da decisão judicial de desapropriação o escritório da Suppin foi procurado. "O advogado da Suppin, Sr. Iris, falou para nós cinco, que o órgão não tem mais interesse na área de Taquara I e II, mas como entrou com uma ação judicial, estávamos mesmo desapropriados".

Eles acrescentaram: — o advogado da Suppin afirmou que o próprio Governo tem que assinar um documento, cancelando a ação de desapropriação. Enquanto não sair este documento, o povo está mesmo desapropriado. Isto nos foi dito ontem (anteontem). Além de tudo, a proposta deles é ridícula, pois para uma área de 4.520 metros quadrados a Justiça determinou que fossem pagos apenas Cr\$ 15.820,00".

A ação de reintegração de posse da Suppin está baseada no decreto Lei 3.365/41 artigo 13. Os membros da comissão de moradores afirmaram: — nós procuramos a Comissão Justiça e Paz e desde sábado, eles, através da Comissão de Direito à Moradia, estão acompanhando a gente. O próximo passo é aguardar as soluções. Se o governador aprovar a área como residencial, nós vamos exigir deles uma certidão de cancelamento do processo e não de paralização na ação da Suppin".

Os representantes dos moradores de Taquara I e II afirmaram que se não forem atendidos pelo governador, "nós vamos denunciar ao povo o que está ocorrendo, pois será uma prova que não temos um Governo representativo. Ai nós vamos querer que a ação continue, pois a nossa propriedade está se tornando objeto de campanha política por parte dos Feu Rosa e Aldary Nunes e outros elementos da Serra".

Eles vão esperar uma resposta oficial da Suppin até segunda-feira próxima, prazo solicitado pelo advogado que ficou de discutir a questão que seria encaminhada ao governador através da cúpula da Suppin. Só a partir daí é que pretendem chegar ao governador do Estado, a quem solicitarão audiência.

A mobilização dos moradores de Taquara I e II irá continuar com uma assembléia geral que será realizada amanhã às 20 horas no pavilhão da Igreja Presbiteriana do Brasil em Taquara II. Será a segunda assembléia para discutir a ameaça de abandonar o local.

Marinete Guimarães Cosme disse que "eles querem pagar Cr\$ 4.060,00 por cinco lotes do Sr. Lins Gama. Como é possível? Nós estamos lutando para ver se conseguimos permanecer na área. A gente comprou, pagou, lutou para construir nossas casas. A Suppin não precisa da área. Por que querem que a gente saia? Nós precisamos permanecer em Taquara, pois a gente não tem para onde ir".

— Acho que parece até covardia, pois tem muita área desocupada para construir indústrias e eles vêm querendo que a gente saia, disse José Eller. Analice Javarini por sua vez, afirmou que "a coisa mais importante é a união do povo, junto com a associação dos moradores para que possamos permanecer no que é nosso. Quando chegamos lá não tinha nada. Nós nos unimos, conseguimos água, luz, ônibus. Agora vamos entregar tudo de mão beijada?"

Houve um caso em que foi pago Cr\$ 90 mil, na quadra 47.

Uma das pessoas citadas a entregar a casa ocupada ilegalmente, de acordo com testemunhas de vários moradores das proximidades é o da rua Caviuna, quadra 11, casa cinco. O morador não foi encontrado na tarde de ontem.

De acordo com os moradores existem casas desocupadas em vários conjuntos, além das existentes em José de Anchieta. Santos Dumont, um outro conjunto recentemente inaugurado, também tem casas ainda não ocupadas, conforme afirmaram alguns moradores de José de Anchieta.